



CÂMARA DOS DEPUTADOS

da sua vida pregressa que, até bem recentemente, ocuparam as atenções de Comissões Parlamentares de Inquérito. Mas não; o Sr. Delfim Netto sente-se no direito de usar o deboche e o achincalhe contra o homem de bem.

Mas não foi apenas a vesguice e a cegueira política de algumas lideranças de partidos populares. Mais uma vez, prestaram serviço, e a mão direita serviu-se da mão esquerda, para que ambas precipitassem as circunstâncias que determinaram até mesmo a derrota do Plano Cruzado.

Quando se vê o Presidente da CUT repetindo palavras de Delfim Netto, tenhamos a certeza de que o Sr. Delfim Netto não se engana. Esses setores não se enganam, Sr. Presidente. Os setores da reação, do alto sistema financeiro brasileiro, estão vinculados aos interesses internacionais, e eles não se enganam politicamente, porque não cultivam uma consciência política. Eles têm é bolso, mesmo. Mas vi lideranças populares, entre elas o presidente nacional da CUT, repetindo piadinhas do Sr. Ministro Delfim Netto, e ambos sendo portas-vozes, em uníssono, dos interesses internacionais. Por isto, sim, lamento, Sr. Presidente. Lamento que a vesguice, a cegueira política e o passionalismo partidário tenham impedido esses homens de perceber que o Sr. Dilson Funaro precisava — e merecia — do apoio crítico das forças populares. Não estou aqui reclamando a adesão da Oposição. Se defendo o Sr. Dilson Funaro, faço-o com o direito de representante do povo. Que cada partido cumpra criticamente seu compromisso.

Quando o Sr. Dilson Funaro se expôs na defesa do Plano Cruzado, o de que precisava, ao contrário do descrédito que recebera dos partidos populares, era apoio cobrador e crítico. Portanto, equivocaram-se as lideranças expressivas de partidos populares. Não é a primeira vez que a estreiteza, o sectarismo e a paixão política carregam todas as águas para o moinho das forças reacionárias neste País.

Ouçõ, com prazer, o Deputado Brandão Monteiro.

O Sr. Brandão Monteiro — Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, gostaria de restabelecer um pouco a história da passagem do Sr. Ministro Dilson Funaro, relativamente à posição do PDT. Fomos, talvez, o único partido a manter coerência inabalável. Quando da edição do Plano Cruzado, o Governador Leonel Brizola foi o único líder nacional a criticá-lo, prevendo-lhe fracasso, diferentemente do Ministro Delfim Netto, que o elogiou. Mas quando, por proposta do Ministro Dilson Funaro, se estabeleceu a moratória do pagamento dos juros da dívida externa brasileira, coerentemente demos a público uma nota, apoiando a moratória, pois entendemos que devemos avançar nesse processo. Por isso estamos muito tranquilos quanto ao nosso posicionamento em relação ao Ministro Dilson Funaro. Se achamos que S. Ex.^a cometeu erro, não confundimos, porém, sua passagem com a dos Ministros da Fazenda dos governos autoritários, que hoje procuram — e aí é bom lembrar — a despeito das dificuldades do Governo Sarney com a política econômica, criticar, de forma dura, o Ministro Funaro, responsabilizando-o por todos os problemas da economia brasileira, quando, na verdade, os pressupostos da crise da dívida externa e também da

crise muito grave da dívida interna têm suas preliminares nos vinte anos de autoritarismo por que passou este País.

O SR. IBSEN PINHEIRO — Nobre Deputado Brandão Monteiro, não me custa reconhecer a boa dose de verdade no que afirma V. Ex.^a. É fato que seu partido se posicionou favoravelmente à moratória e é fato que tem tido uma postura crítica em relação ao Plano Cruzado, mesmo nos seus momentos de fastígio e de repercussão popular. Mas também não me custa, nobre Deputado, uma posição crítica a um Partido popular como o de V. Ex.^a. Há de se distinguir o direito e o dever da crítica da capacidade de apoiar os avanços propiciados pelo atual Governo, que, se tem contradições é porque expressa uma ampla aliança responsável por esta transição. Tivesse o Ministro Funaro contado com apoios mais significativos nas áreas populares, talvez o Plano Cruzado não deixasse apenas uma lembrança positiva, mas resultados que indicassem uma construção, um caminho no desenvolvimento deste País.

A preservação do regime democrático não significa o congelamento da realidade social, a estratificação das injustiças que aí estão, mas, ao contrário, a possibilidade de mudança, de transformação. Isto não construímos. É certo também, nobre Deputado Brandão Monteiro, que os ex-Ministros da Fazenda, a rigor, não fazem oposição em bloco ao Governo Sarney, mas, sim, aos acertos da atual Administração. Não é outra a conduta do Sr. Delfim Netto ou do Sr. Simonsen. O que lhes parece negativo — temos o direito de afirmar isso — tem o seu apoio, e o que lhes parece positivo, especialmente no rumo da distribuição da renda neste País, tem a sua oposição tenaz; diria mais, até mesmo a sua militante conspiração.

Ouçõ o nobre Deputado Vivaldo Barbosa, com a maior atenção e o maior prazer.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Agradeço a V. Ex.^a por ter percebido minha atitude de querer apartear-lo. Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, a análise de V. Ex.^a é lúcida e pertinente aos temas que coloca. Mas permita-me sublinhar a reclamação que faz aos partidos políticos com compromisso de crítica ao Governo e à Nova República. Afirma V. Ex.^a que todos deveriam alinhar-se na defesa do Ministro Dilson Funaro, enaltecendo sua passagem pelo Ministério da Fazenda, apoiando a política e a ação que imprimiu aos destinos da economia do País. Nós, esses políticos com compromissos populares, temos muitas razões para não aderir às políticas, às decisões do Ministro Dilson Funaro, assim como temos muitas razões para não apoiar as políticas da Nova República, especialmente sua política econômica. Em primeiro lugar, a política econômica mais viva da Nova República, o Plano Cruzado, teve adesão total de todos os responsáveis pela política da velha República. Aderiram ao Plano Cruzado os ex-ministros Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos. Aliás, foram as adesões desses ex-ministros que nos ajudaram a ver com mais clareza os erros, os defeitos, as incongruências do Plano Cruzado. Isso fez com que nós, da Oposição, tivéssemos mais nitidez em nossa visão de que o Plano não daria certo, e assim passamos a agir com contundência e clareza desde os nossos primeiros pronunciamentos, contra o Plano Cruzado. Por estes motivos, porque não

CONJUNTA

PUBL. DCN de 28/04/87
Pág. 60 Col. 2ª 3ª



CÂMARA DOS DEPUTADOS

queremos estar nessas companhias, porque rejeitamos a política de concentração do Plano Cruzado, que segue o modelo da Velha República, é que jamais pudemos apoiar o Ministro Dilson Funaro. Há também uma segunda razão para não termos apoiado o Ministro Dilson Funaro, revelada hoje no pronunciamento do Constituinte César Maia, na sessão ordinária da Câmara dos Deputados. S. Ex^a lembrou que o Ministro Dilson Funaro, em seu pronunciamento a esta Câmara, no qual defendia seu projeto econômico, não proferiu, uma vez sequer, as palavras "trabalhador" e "empregado". V. Ex^a pode ver que há apenas uma referência a "salário" em todo o pronunciamento trazido pronto à Câmara. Um Ministro com essas preocupações políticas e econômicas e um governo que sustenta uma orientação como esta não podem receber o apoio de qualquer força popular. Não poderão receber o apoio de qualquer partido com compromissos populares, senão algo errado estaria acontecendo. Algo de profundamente errado acontece com uma política econômica que não leva em conta os trabalhadores na sua formulação, não traz a palavra salário na sua formulação. Um Ministro que recebe adesão, como recebeu o Ministro Dilson Funaro, de Delfim Netto, de Roberto Campos e de Mário Henrique Simonsen não pode receber o apoio de qualquer partido que tenha compromissos populares, senão, repito algo de profundamente errado estaria acontecendo. Por isso, chamo a atenção de V. Ex^a para a reflexão sobre esses dois pontos, porque assim o ilustre colega não cobrará com tanto empenho essa postura política e o apoio ao Ministro Dilson Funaro por parte de políticos e partidos que tem compromissos populares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado Ibsen Pinheiro, solicito a V. Ex^a que conclua as suas considerações, pois seu tempo está esgotado.

O SR. IBSEN PINHEIRO — Vou concluir, Sr. Presidente, mas, antes de encerrar meu discurso permita-me agradecer ao nobre Deputado Valdo Barbosa o aparte.

Quero reiterar, eminente companheiro, que sobre essas questões já refleti, desta tribuna, quando recolhia aquilo que para mim é ensinamento, o fato de que a atividade política não se faz com estreiteza nas siglas. Até porque, se V. Ex^a evita as más companhias, de um lado, acaba junto

delas por outras razões, como, no caso, festejando agora a queda do Ministro Dilson Funaro.

O que se percebe é que se unem na mesma festa setores os mais dispares do nosso processo político. Reclamar que o Ministro Dilson Funaro não citou os trabalhadores talvez seja um desafio à minha memória, talvez não possa lembrar algum pronunciamento, talvez porque, quando era jovem, recorde que tantas vezes se evocou o nome dos trabalhadores para fazer legislação fascista neste País — e que perdura até hoje.

Porém, vi que, com um gesto concreto, o Ministro Funaro foi quem mais atuou em favor dos trabalhadores, pelo menos na história recente desta República, na história dos últimos Ministros de Estado da Fazenda, na busca de um caminho que possa significar um esforço na redistribuição da renda.

Esse gesto que Funaro praticou é que reclamaria, em nome não do valor político e do apoio, mas em nome do interesse popular que todos devemos representar, ou seja, da capacidade crítica de dinamicamente nos opormos ao Governo, quando for o caso, e aplaudirmos os gestos concretos que signifiquem avanços sociais.

Funaro, sem dúvida, sai do Ministério deixando, com a sua figura austera e sóbria, um exemplo que, espero, frutifique não em futuro remoto, mas na figura do seu sucessor, para que ele — o sucessor — saiba aquilo que é uma conquista da Nação: não queremos mais o equilíbrio que nos oferece o Fundo Monetário Internacional, desde que a vida seja boa apenas para quarenta milhões de brasileiros.

Aí, não faltarão dólares para a rolagem da dívida e não faltarão técnicos do FMI recomendando o apoio do Clube de Paris e do Citycorp ao Brasil, porque o Brasil, bem comportado, terá decidido que quarenta milhões de brasileiros vivem bem — somos nós; que quarenta milhões vivem mal — são os trabalhadores; e que quarenta milhões não vivem, vegetam — são os nossos irmãos jogados à miséria por uma política que tem pais e mães que freqüentam esta Casa, olham nos olhos do povo com a coragem da inconsciência de imaginar que já se esqueceram dos crimes que praticaram.

Não!

A lembrança do Sr. Dilson Funaro será, tenho certeza, no futuro imediato da nossa política fazendária, um instrumento para o prosseguimento dos avanços.

Muito obrigado. (Palmas.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Sr. Funaro deixou o cargo, o poder, a cena política, a ribalta iluminada do poder, e aí está, em todos os jornais e nos principais programas de rádio e televisão, seu nome e seu trabalho cercados do respeito, da admiração dos brasileiros que se voltam para alguns resultados positivos, inquestionáveis, que marcaram sua administração, mas que também se voltam — e este é o dado mais significativo — para as dificuldades e para os tropeços da sua administração. Porque em todos os momentos o povo brasileiro identificou o homem de boa fé, o homem comprometido com transformações voltadas para as imensas maiorias desvalidas do nosso País.

É confortador, Sr. Presidente, poder relatar que, ao término de uma gestão condenada e questionada, o Sr. Ministro Dilson Funaro obtém dos seus concidadãos a consideração e o respeito quase unânimes. Só não é unânime, Sr. Presidente, certamente pela manifestação de paixão política ou pessoal — não sei — como aquela da bancada do PDS nesta Casa, que faz oposição ao passado, ao ex-Ministro, que não mais representa o poder, e ao futuro Ministro, que ainda não praticou gestos nem atos ministeriais.

É um estranho partido, o PDS. Esteve por vinte anos no poder e, se não aprendeu a governar, em compensação desaprendeu a fazer oposição. Veja V. Exª que oposição é esta. Oposição que se fez, por exemplo, nesta mesma Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, à viagem do Presidente da República, viagem que envolvia razões de Estado ou, pelo menos, de civilidade de mínima cortesia política. Pois também o PDS faz oposição, hoje à convivência, à civilidade política, como faz oposição aos mais legítimos interesses do povo brasileiro sob a ótica da vesguice ou da paixão política. Para se opor ao PMDB e ao Governo Sarney, não vacilou o PDS, na última quarta-feira, neste mesmo plenário, em opor-se ao interesse direto de cinco milhões de aposentados, obstruindo uma votação em que não buscavam, o PMDB e o Governo, qualquer conotação de natureza política. Obstrui-a, com intenção — vejam V. Exª — de obstruir, como proclamou o eminente Líder de plantão, Deputado Bonifácio de Andrada: aquela Ordem do Dia se opunha o PDS; aquela sequência de matérias ali prevista se opunha o PDS, propondo de imediato a obstrução.

Talvez tenha sido desnecessário juntar seus trinta e oito votos, eis que dois partidos mais afoitos se adiantaram no mesmo equívoco de derrubar uma sessão em que se discutiam os interesses dos trabalhadores, dos desvalidos aposentados.

Não aprenderam, Sr. Presidente, com o PMDB. Não deram oportunidade para aprender com eles como se faz governo, não aprenderam conosco como fazer oposição modelar, que o PMDB fez por vinte anos: firme, digna, valente, mas sabendo sempre distinguir o inte-

resse político-partidário, nem sempre abrangente, do interesse da sociedade ou dos segmentos societários representados na matéria posta em discussão na pauta da Ordem do Dia. O PMDB, que sempre soube denunciar a insuficiência de qualquer iniciativa governamental, soube, no entanto, cobrar e acompanhar todos os avanços. Jamais negou seu voto mesmo às conquistas precárias no plano institucional ou no social. Assim se faz, Srs. membros do PDS, oposição efetiva, não aquela que se fez aos aposentados, não aquela odienta oposição a um homem, mas a oposição legítima, de quem tem programa e compromissos, mas que nem por isso compromete seus votos violentando interesses legítimos como os dos aposentados, médicos e agrônomos que aqui compareceram na expectativa de ver a aprovação de projetos de origem do Executivo e de seus legítimos interesses.

Espero em Deus, Sr. Presidente, e no espírito público dos que estão em posição contrária ao Governo para que se lembrem do passado recente de uma oposição vitoriosa, que se impôs ao respeito da Nação contra todas as dificuldades, usem essa lição num clima de absoluta liberdade que não tivemos, e exercitem a postura vigilante, forte, mas criteriosa, acima de tudo, para que não façam oposição vesga e apaixonada, ou então contra o interesse dos trabalhadores, como tem ocorrido neste pelanário.

CD
PUBL. DCN de 05/05/87
Pág. 1523/1 Col. 1e2e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Não tenho dúvidas em afirmar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Sr. Ministro Dílson Funaro cometeu grave erro, à testa do Ministério da Fazenda, e por ele pagou politicamente. Não tenho dúvidas de que errou, e gravemente, quando introduziu na política fazendária nacional a preocupação de que o desenvolvimento se fizesse, mas não com o suor do trabalhador. Mexeu com interesses sagrados, secularmente intangidos e intangíveis, e teve a suprema audácia de transformar sua palavra em gesto político.

E, pela primeira vez, através do Plano Cruzado, realizou-se a mais espantosa transferência de renda da História do País, de explorados e exploradores. Sem dúvida, errou grandemente o Sr. Ministro Dílson Funaro. Não percebeu, talvez, o tamanho das forças que se oporiam ao seu gesto e à sua atuação. O que se viu, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, foi o despudor com que os autores da dívida criticavam o autor da moratória, o deslante, a audácia infinita do autor da dívida, circulando pelos corredores deste Congresso como se fosse o herói e não o vilão de uma história recente. Um homem de quem não se pode dizer que tenha uma biografia, mas um prontuário, que o trouxe a esta Casa.

Pois houve a extrema vilania de agredir-se o Ministro Funaro pela sua opção pelos pobres, pelo desenvolvimento, pela distribuição de riquezas. Então, os autores da dívida criticaram, agrediram, buscaram o deboche sobre o autor da moratória, levando longe demais o conceito de que o povo não tem memória — talvez melhor dissesse a esperança de que o povo não tenha memória. Os autores do arrocho salarial e da legislação que nos impuseram há três ou quatro anos, neste plenário, criando limitações de 70% do INPC aos salários dos trabalhadores, isto é, afanando 30% da simples correção salarial do trabalhador; esses audaciosos autores do furto mais escandaloso da história da política salarial em qualquer país do mundo — porque sempre se roubam salários, mas com lei, somente no Brasil — pois os autores desse furto ilegal, indecente e imoral sentiram-se no direito audacioso de criticar, de agredir, de buscar o achincalhe contra o autor do gatilho salarial, conquista dos trabalhadores. Quando estes reivindicaram semestralidade ou trimestralidade, foi Funaro quem criou o gatilho salarial — capaz até de ser mensal, se o índice inflacionário assim o determinar.

É até contrastador observar que a dinâmica do processo político possa confundir vilões e vítimas. Fez justiça ao Ministro Funaro o Deputado Brandão Monteiro, quando registrou esta diferença essencial na conduta do Ministro demissionário e, por esta diferença, o Brasil é-lhe devedor. O Ministro Funaro compareceu, há poucos dias, ao auditório Petrônio Portela e, numa audiência pública com a bancada do PMDB, apresentou o diagnóstico mais claro, mas cru e mais candente das causas do nosso endividamento. Podia ter saído pela porta fácil da corrupção do Governo anterior — porque tudo o que se disser de denúncia de corrupção do Governo anterior "cola", as pessoas acreditam, porque o terreno é fértil. Mas o Ministro, seriamente, meteu o dedo na verdadeira chaga, a dependência externa, a manipulação externa das nossas relações de troca e a manipulação financeira da nossa dívida.

Um Ministro sério, bem intencionado, transparente, que assumiu os riscos da opção que fez, pode ter cometido erros, mas caiu pelo grande acerto que praticou e que legou à nossa realidade política. É um patrimônio do País, hoje, o compromisso do desenvolvimento econômico, o combate à recessão.

Não vamos voltar ao tempo do Sr. Delfim Netto, que aqui deveria estar sentado e, em vez de fazer piadinhas nos jornais, na farta audiência que tem, deveria comparecer à tribuna para explicar fatos